

A Poética historiográfica em Jules Michelet

Maria Juliana Gambogi Teixeira (FALE/UFMG)¹

RESUMO: O objetivo desta comunicação é investigar, nas origens teóricas da historiografia de Jules Michelet, a presença de alguns elementos de ordem poética, os quais teriam fundamentado sua abordagem da literatura. Nesse sentido, interessa-nos recuperar a leitura micheletiana da obra de Giambattista Vico – *Ciência Nova* –, com destaque para os conceitos de *poiesis* e de *poesia*.

PALAVRAS-CHAVE: Michelet, Vico, Historiografia, Poética.

Introdução

Já há quase cem anos, Daniel Halévy, um dos primeiros grandes especialistas na obra micheletiana, publicou um artigo volumoso na *Revue Hebdomadaire*, no qual sustentava que qualquer esforço de compreensão do percurso intelectual de Jules Michelet forçosamente beirava o incompreensível.

Quando pensamos em Michelet, a qual Michelet nos referimos? Ao historiador clássico, o narrador de Aníbal, das Cruzadas? Ao filósofo historiador, tradutor e comentador de Vico e de Grimm? Ao orador do Colégio de França, moralista, apóstolo e revolucionário? Ao historiador panfletário, que revela a política das cortes, dos Valois, dos Bourbons? Ao poeta, ao naturalista embriagado, que canta o amor, a mulher e o mar? Ao velho desesperado que se isola e amaldiçoa o século? Quantos homens reunidos nesse único vocábulo – Michelet! A hagiografia republicana banalizou sua memória. Basta um pouco de atenção para reencontrá-lo tal como foi, imenso, estranho, quase incompreensível. (HALÉVY, 1928, p. 87)²

A grandiloquência dessa apresentação de Michelet tem, ao menos, o mérito de relembrar a diversidade e a quantidade de trabalhos sobre os quais se apoiava o prestígio desse historiador em sua época. Combinando extensão e variedade, sua obra guarda consigo o estranho sortilégio de parecer ainda maior à medida que fez habitar, lado a lado, traços contrastantes entre si: poética e historiográfica, erudita e panfletária, clássica e moderna. Bem verdade que flertando com a filosofia, com a literatura, com a política e com as ciências naturais, Michelet não pretendeu nem admitia outro título senão o de historiador. Consequentemente, entre seus ensaios mais heterodoxos (como os que compõem a série de história natural)³ e seu maior projeto historiográfico – a **História da França** – não haveria, segundo ele, nem diferença nem separação (MICHELET, 1974, p. 39). É possível que uma postura desse tipo ajude a entender não apenas o estranhamento manifesto por Halévy, mas aquele que ainda envolve o nome de Michelet, como se a amplidão de sua História (tanto da obra quanto do conceito) inibisse aproximações.

Seguindo ainda Halévy, cabe dizer que será em torno do tal “tradutor e comentador de Vico” que concentrarei boa parte desta apresentação. Essa faceta corresponde ao início da carreira de Michelet, precedendo sua obra historiográfica e oferecendo-lhe uma base teórica fortemente inspirada na *Ciência Nova*, obra máxima do *corpus* viquiano, cuja versão definitiva data de 1744. A reflexão historiográfica que nasce desse encontro com Vico tem algumas características

¹ Pós-doutoranda da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Email: mgambogiteixeira@yahoo.fr.

² Todas as traduções deste texto são de minha inteira responsabilidade.

³ O filão naturalista é composto pelos seguintes títulos: *L'Oiseau* (1856); *L'Insecte* (1857); *La Mer* (1861); e *La Montagne* (1868).

singulares, dentre as quais o papel de relevo garantido à poesia, tomada aqui no seu sentido mais amplo, ou seja, como criação literária. Neste texto, meu objetivo é apresentar alguns dos conceitos ou temas viquianos que parecem ter tido alguma influência no olhar que Michelet lança para a literatura e na forma como ele a relaciona com a sua historiografia.

O historiador, o filósofo e o poeta

Sempre é válido recordar: para Michelet, história e literatura não são a mesma coisa e, potencialmente, são mesmo versões frontalmente distintas da única coisa que, a priori, teriam em comum: a arte da narrativa. Esse esclarecimento me parece importante porque há certo viés da crítica contemporânea que, conquanto reconhecendo em Michelet uma intenção historiográfica, costuma desqualificá-la, recorrendo, o mais das vezes, à sua excelência escritural e a uma nebulosa etiqueta “historiografia romântica”, que, nas palavras de Marcel Gauchet, serve apenas como desculpa para não ter que ler esse e outros autores. (GAUCHET, 2002, p. 7-8) Curioso pensar que esse tipo de interpretação era praticado já desde o início da carreira de Michelet. Mais curioso ainda é ele ter denunciado a dubiedade desse tipo de crítica que, segundo seus próprios termos, recorre ao “elogio como forma de me destruir e me negar qualquer autoridade: ‘É um escritor, um poeta, um homem de imaginação’.”(MICHELET, 1974, p. 20)

Por outro lado, é certo que Michelet, conquanto insistindo que a *ars* histórica não se confunde com as outras formas artísticas, não cansou de nelas reconhecer um manancial de testemunhos verdadeiros, muitas vezes mais precisos e esclarecedores do que qualquer fundo arquivístico. Por isso, tentar entender a relação entre a história e a literatura no pensamento micheletiano é tarefa complicada, uma vez que ela não se resolve nem pelo veto ao ficcional, nem pela indistinção entre esse campo e o da historiografia, menos ainda por uma suposta ingenuidade romântica quanto ao modo como aplainar essas arestas.

O melhor modo de desfazer a complicação é acompanhar os primeiros passos de Michelet em direção à sua historiografia. Esses passos o levaram a enfrentar um desafio comum a todos os seus pares do século XIX: fundamentar uma disciplina (a história), cujas balizas estavam por ser criadas. Nas palavras do historiador:

Já que queremos que os fatos sejam verdadeiros em seus mínimos detalhes, o mesmo amor pela verdade deve conduzir-nos a buscar as relações, a observar as leis *que* as regem, a examinar, enfim, se a história pode tomar uma forma científica. (MICHELET, 1971, p. 283)

A melhor resposta para tal demanda apareceu-lhe sob a forma da **Ciência Nova** de Vico. Na verdade, um certo Vico e uma certa **Ciência Nova**, assumidamente reinventados por seu primeiro tradutor para o francês em 1827 – Michelet, à época um jovem professor de história do secundário, aspirante a intelectual e cujo talento mal começava a ser reconhecido. Objetivamente, essa tradução cumpriu a tarefa de firmá-lo como uma das grandes promessas da cena intelectual do período, dando-lhe crédito tanto para aceder ao ensino universitário, quanto para conceber e começar a publicar, alguns anos depois, sua alentada **História da França**.

A tradução de Michelet não é nem integral, nem literal, chegando mesmo a alterar o título da obra, significativamente convertido, em sua versão, para **Princípios da filosofia da história**. Conquanto pareça que tais liberalidades fariam parte dos modos da época, também há evidências de que a pretensão desse tradutor era a de tornar o texto de Vico mais legível, chegando mesmo a dizer que conseguira “destacar a unidade do sistema melhor do que o fizera o original”. (MICHELET, 1971, p. 261) Para além dos arroubos juvenis, essa frase ajuda a dimensionar o tipo de relação que Michelet, desde o primeiro contato, manteve com essa filosofia, reconhecendo sua excelência e tomando Vico como um precursor, mas nunca como um modelo. E, nesse sentido, há coerência no fato de que tenha se sentido à vontade para operar uma releitura da teoria viquiana, no claro intuito de atualizá-la. É por isso que essa releitura não pode ser tomada como um falseamento voluntário da **Ciência Nova**, tampouco como uma má interpretação. Pois Michelet jamais se portou como um

estudioso de Vico, mas sim como um de seus pares, cuja leitura ambicionava extrair, de uma teoria do conhecimento, uma teoria para a história. (LEFORT, 2002; REMAUD, 1998, 2004)

Tal postura não inviabiliza o fato de ter descoberto em Vico elementos cruciais para a composição do que chamava seu “método histórico” e, na esteira do método, de seu trato com a literatura. O principal elemento é, sem dúvida, um dos princípios basilares da **Ciência Nova**, segundo o qual “o mundo social é obra dos homens” e, sendo assim, pode e deve ser explicado – porque assim foi construído – a partir das faculdades e limites puramente humanos. (MICHELET, VICO, 1971, p. 453) Esse princípio será inteiramente incorporado à historiografia micheletiana e constantemente lembrado, sobretudo em seus ensaios teóricos. Assim, ele reaparece, uma vez mais, num dos prefácios compostos para sua **História da França**, surgindo sob a forma de um “ramo de ouro” que a “crítica sibilina” da **Ciência Nova** lhe teria ofertado para que pudesse acessar os domínios do passado. O abre-te-sézamo seria a pergunta sobre “como o homem, operário de si mesmo, fabrica para si suas legislações, seus poemas e seus deuses.” (MICHELET, 1974, p. 35)

Essa versão já deixa entrever o principal ponto de inconformidade entre o pensamento micheletiano e a filosofia viquiana, cuja raiz se encontra no alcance e no sentido que cada qual dos pensadores extraiu de um postulado aparentemente comum. No que tange à dimensão *auto-poiética* (ou seja, criadora) do homem, e ao fato de ela dispor, num mesmo plano, política, literatura e religião, não há dissensão entre Vico e Michelet. Mas ela vem à tona tão logo aprendemos que, com Vico, essa dimensão *auto-poiética* do humano diz respeito apenas ao “plano da humanidade” e à “ordem metafísica das operações do espírito”; ou seja, sua serventia é explicar como o homem teria podido – sem o recurso do milagre ou da revelação – criar tudo o que define sua humanidade: suas leis, suas línguas, suas histórias, suas religiões. (REMAUD, 2004, p.20; LACERDA, 2003) Já com Michelet, herdeiro assumido da Revolução e de seus princípios, o plano geral dessa *auto poiesis* viquiana avança para o campo do individual, de forma que aquilo que nela indiciava uma faculdade do espírito e do entendimento irá se confundir com disposição para a ação no mundo. Nas palavras de um intérprete comum: a “inspirada” interpretação micheletiana o “leva a confundir ação com criação, reabsorvendo o fazer de Vico num único ato prometéico, duplamente liberatório e autoprodutor”. (REMAUD, 2004, p.20)

Isso significa que a interpretação proposta pelo historiador imbricaria, ao menos potencialmente, a mecânica da aventura humana – revelada pelo filósofo – a uma dinâmica ideal do humano, expressa pelos valores da autonomia e da liberdade. Não por acaso, muitos anos depois, enquanto escreve sua **História da revolução francesa**, retoma a glosa dessa idéia *auto-poiética* e prometéica de humanidade, ao afirmar que “ser homem, é reger-se a si mesmo”. (MICHELET, 1952, p. 281) Assim, o mais provável é que o excesso de sentido impresso por Michelet no princípio viquiano fosse uma tentativa de incorporar a experiência revolucionária no horizonte da **Ciência Nova**, como se a obra do início dos setecentos pudesse prenunciar, em seu corpo teórico, o advento da Revolução.

Porém, o que, neste instante, interessa destacar é o fato de que, ao eleger Vico como seu mestre e precursor, Michelet, independentemente de suas inspirações e aspirações revolucionárias, privilegiava um caminho teórico muito específico. Essa teoria caracteriza-se por uma enorme atenção à *poiesis*, e não somente àquela ligada à constituição da humanidade, mas também à sua forma mais específica, que costumamos chamar de literatura. Cuidadosamente preservado pela tradução micheletiana, o trato viquiano com a questão do literário também oferece elementos que informam a relação entre a historiografia de Michelet e a literatura.

A atenção de Vico com a literatura é um dado de partida da **Ciência Nova**, cuja origem se confunde com o desafio de entender o porquê da prevalência do repertório mítico-poético como o mais antigo testemunho remanescente da vida de todas as nações da Antiguidade. Buscando uma resposta que combinasse reconhecimento da excelência dessas criações, sem desconectá-las de suas origens “bárbaras” e “primevas”, Vico sustentara uma abordagem da poesia que a descortina como uma forma de língua ou, melhor dizendo, uma das etapas da constituição da linguagem humana. Essa interpretação entrelaça a origem e o desenvolvimento da linguagem à origem e ao

desenvolvimento das idéias, enunciada pelo axioma seguinte: “o desenvolvimento das idéias e das línguas foi correspondente”. Uma vez que essa conjectura deriva de um outro princípio – o de que “a ordem das idéias deveu seguir a ordem das coisas” (MICHELET, VICO, p. 442) –, dela resulta a proposição de que deuses, leis e poemas são feitos juntos, são facetas de um tempo comum, exprimindo, igualmente, os limites e as possibilidades do mundo que os produziu. Em resumo, ao enfrentar o problema da origem da linguagem, Vico o articulará diretamente à linguagem poética e às formas literárias, as quais, por seu turno, só poderiam ser explicadas como uma expressão, ao mesmo tempo intelectual e material, de um estágio da humanidade.

Ocorre que esse entrelaçamento entre diversas ordens da criação fez com que Vico propusesse uma interpretação bastante instigante acerca das origens da poesia, combinando-as com as origens da narrativa histórica. Seu postulado de base afirma que “os homens são naturalmente conduzidos a consagrar a lembrança das leis e das instituições que estão na base das sociedades às quais pertencem”. Por conseguinte – afirma Vico – necessariamente “a história nasceu primeiro” e, “em seguida, veio a poesia.” As conclusões que daí extraiu são tão relevantes para a historiografia micheletiana e, potencialmente, para o tema da literatura *versus* a história que, malgrado a extensão, não posso deixar de citá-lo:

Com efeito, a história é a simples enunciação do verdadeiro, do qual a poesia é uma imitação exagerada. Castelvetro aproximou-se dessa verdade, mas esse engenhoso escritor não soube tirar proveito, depreendendo daí a verdadeira origem da poesia; isso porque precisaria combinar esse princípio com o seguinte: 3. Como os poetas certamente precederam os historiadores vulgares, a primeira história deveu ser poética. – 4. As fábulas foram, na origem, narrativas verdadeiras e de caráter sério, e *muthos*, fábula, foi definido como *vera narratio*. (...) Com os Latinos, memória é sinônimo de imaginação (*memorable*, imaginável, em Terêncio); dizem *comminisci* para expressar simular, imaginar; *commentum* para ficção e, em italiano, *fantasia* pode ser substituída por *ingegno*. A memória lembra os objetos, a imaginação imita-os alterando sua forma real, o gênio ou a faculdade de inventar acrescenta-lhes novos desenvolvimentos, formando conjuntos, composições novas. (...) Portanto, os poetas foram, sem dúvida, os primeiros historiadores das nações. (...) As inconveniências, as bizarras que se poderia condenar, foram efeito natural da impotência, da pobreza da língua que então se formava. A linguagem compunha-se ainda de imagens, de comparações, uma vez que faltavam gêneros e espécies que pudessem definir as coisas com propriedade; essa linguagem era o produto natural de uma necessidade comum a nações inteiras. (MICHELET, VICO, 1971, p. 540-42)

Concluindo: se a história nasceu primeiro, fruto natural e legítimo da disposição humana em preservar, pela memória, os fundamentos do corpo social ao qual pertence, o modo como a “história ideal” de Vico estrutura uma história das idéias reconhece no poeta o historiador das idades primevas, na fábula a sua narrativa “verdadeira” e na poesia a sua linguagem própria.

Parece-me bastante razoável afirmar que essa “verdade” da poesia e todo o núcleo de sentido que constitui o seu entorno foram inteiramente incorporados pela historiografia micheletiana. Mas, nesse caso, essa incorporação necessariamente se encaixa no bojo daquele excedente de significação político que Michelet atribuiu à *auto-poiesis* da humanidade, gerando uma série de implicações poético-historiográficas.

De forma mais geral, creio que o primeiro efeito está no privilégio flagrante que a história micheletiana conferiu ao testemunho poético-artístico, insistentemente convocado, ao longo de toda a obra, como revelador da época e da sociedade que o produziu. Manipulando um intrincado método que parece combinar indistintamente etimologia, biografia, dados políticos, religiosos ou sociais, a historiografia micheletiana é um abrigo seguro para todas as formas poéticas, porque está certa de que cada qual delas é parte integral da *poiesis* do humano. Daí os capítulos mais decisivos sobre o reinado de Luís XIV estarem camuflados, num dos tomos de **História da França**, em algumas peças de Molière; a história da origem da **Feiticeira**, contada no livro homônimo, ser um

condensado de contos de fadas e canções medievais; ou os provérbios, ditos populares e ritos estarem na **Origem do Direito**, título de uma de suas obras.⁴

Esses exemplos – insignificantes diante da quantidade de ocorrências desse gênero – ilustram a relevância dos objetos artísticos e linguageiros para a historiografia micheletiana. Mas esse recurso não é apenas muito corriqueiro, como também parece remeter a uma abordagem constante, sustentada em dois elementos. São eles: a adoção plena dessa verdade do poético (ou pelo menos, de seu efeito de verdade) e a recusa categórica em considerar a separação entre forma e conteúdo, palavra e idéia, espírito e letra. Esses elementos permitiriam pensar que a singularidade dessa poética historiográfica de Michelet estaria em sua propensão a levar às últimas conseqüências o que, hoje, se costuma chamar de verdade da ficção, a tal ponto que se recusaria a separá-la dos outros domínios da vida humana, ignorando a possibilidade de um efeito estético que não fosse, simultaneamente, político, religioso e social.

Na origem desse tipo de leitura, pode-se reconhecer a mesma dinâmica de ampliação e atualização da filosofia viquiana acima mencionada, de forma que aquilo que, em Vico, é descrição de valor hipotético acerca dos inícios da humanidade, continua a valer para Michelet na era moderna e na sua contemporaneidade. Por conseguinte, o olhar do historiador para o objeto poético parece capturá-lo sob uma luz ao mesmo tempo fecunda e ambígua. Pois é tal o inchaço de significação que imputa a esse objeto que, em certos momentos, ele se confunde com a história, ele é a história. O reverso da medalha é que, sendo história, ele deixa de poder ser apenas literatura e, ao mesmo tempo, passa a ter que responder não somente pelas razões que o movem no mundo da arte, mas pelos laços e efeitos que produz sobre o mundo todo. Ou seja, a elevação da arte ao posto de matriz das outras esferas do humano a torna imediatamente responsável pelo rumo da história.

Essa hipótese exige um tratamento mais amplo do tema, por implicar, no mínimo, a expansão da análise para outras obras de Michelet. Porém, já nesses movimentos iniciais do pensamento micheletiano, ainda contido pela tradução de Vico, há uma assertiva que deixa bastante explícita essa responsabilização. Cito o historiador:

A palavra da *Scienza nuova* é esta: *A humanidade é sua própria obra*. Deus age sobre ela, mas através dela. A humanidade é divina, mas não existem homens divinos. Estes heróis míticos, estes Hércules cujos braços separam montanhas, estes Licurgos e estes Rômulos, legisladores rápidos que, na vida de um homem, realizam obra de séculos, são criações do pensamento dos povos. Apenas Deus é grande. Quando o homem quis ter homens-deuses, foi preciso que concentrasse muitas gerações numa só pessoa, que resumisse em um herói as concepções de todo um ciclo poético. A tal preço, fez para si ídolos históricos, Rômulos e Numas. Os povos restavam prosternados diante dessas gigantescas sombras. O filósofo os levanta e diz: o que vocês adoram são vocês mesmos, suas próprias concepções. Estas bizarras e inexplicáveis figuras que flutuam nos ares, objetos de uma pueril imaginação, tornam a descer a nosso alcance. Saem da poesia para entrar na ciência. Os milagres do gênio individual classificam-se segundo a lei comum. O nível da crítica atravessa o gênero humano (...) Este radicalismo histórico não chega a suprimir os grandes homens. Alguns, sem dúvida, dominam a multidão, ultrapassando-a em uma cabeça e desde a cintura; mas sua frente não mais se perde em meio às nuvens. Não são de outra espécie; a humanidade pode se reconhecer a si mesma em toda sua história, una e idêntica a si mesma. (MICHELET, 1972, p.341)

Não seria Michelet tão incoerente a ponto de esquecer a teoria para a qual este trecho serve de preâmbulo: entre a sabedoria poética e a sabedoria filosófica, a diferença seria de forma, mas não de substância. “O que os filósofos *compreenderam* depois, os poetas haviam *sentido*” – afirma a

⁴ Essa lista evoca os seguintes títulos de Michelet: para Molière, *Histoire de France – XVIIe siècle: Louis XIV et la révocation de l’édit de Nantes*; sobre a feitiçaria, *La Sorcière*; os provérbios são especialmente estudados em *Origines du droit français*. Essa leitura de *La Sorcière* foi desenvolvida em minha tese de doutoramento, intitulada: **A profetisa e o historiador: o pensamento em imagens de Jules Michelet**.

Ciência Nova de Vico e a de Michelet – pois “*nada que está na inteligência não esteve antes no sentidos*” (MICHELET, 1971, p.291) Tampouco fora desatento ao fato de que o sublime poético, sua faculdade de criar ídolos, funcionava, na teoria viquiana, como base para a compreensão da instituição do social: pertencendo ao campo das necessidades, a idolatria, como bem lembra o historiador “é filha da credulidade e não da impostura”. (MICHELET, 1971, p.290)

Ambas as proposições me parecem desautorizar o que uma primeira leitura indicaria, a saber, uma suposta superioridade da tarefa historiográfica (ou filosófica) diante dos artifícios literários. Isso porque, não havendo diferença de conteúdo entre cada qual desses saberes, o fato de que a poesia tenha um papel-chave no nascimento do mundo social faz com que ela se imponha diante do discurso historiográfico como algo da ordem do necessário. Se for assim, tudo leva a considerar que, para Michelet, a diferença entre a tarefa historiográfica e a criação literária não reside nem no conteúdo, tampouco se resolve por um critério de veracidade. Nesse caso, a vocação crítica da historiografia micheletiana não visa pura e simplesmente a poesia – e sequer poderia fazê-lo sem abrir mão da coerência interna dos argumentos. O modo mais consistente de interpretar essa função crítica da história é observar que não é a poesia que ela condena, mas o tipo de relação que a poesia institui entre os homens e seu mundo. (PETITIER, 1992, 2006) Justamente porque considerava a literatura uma coisa séria e concebia que a verdade morava na ficção, Michelet mostra-se particularmente sensível a um problema de fundo, que não pertence apenas à poesia, mas a todo e qualquer gesto de criação: o risco de que esse gesto se volte contra seu próprio criador, apartando-lhe da companhia dos homens por efeito da vertigem demiúrgica. No contrapelo dessa vertigem, haveria ainda outro risco: o de que o criador, assomado pelo brilho de sua criação, fosse por ela projetado de volta à humanidade, mas desta feita uma humanidade agrilhoadada por um poder que já não sabe ou não consegue reconhecer como seu. Ou seja, de ambos os lados, resta, à espreita do ato poético, a configuração de um laço entre o mundo e os homens que, ao invés de reuni-los, define-se como uma auto-alienação. Não obstante, de qualquer ângulo que se considere a questão, é evidente que esse perigo da literatura deve ser tomado como um de seus possíveis e não como um destino. Pois se assim não fosse, se tornaria impossível compreender como uma historiografia tão prevenida contra esses riscos e assumidamente disposta a combatê-los, poderia ter se aproximado tanto da poesia.

Muitos anos depois de sua tradução de Vico, quando, em 1869, prepara-se para dar por encerrada sua **História da França**, Michelet, uma outra vez, retoma o tema em termos muito semelhantes ao que acima vimos. Dizia que “*freqüentemente o método histórico opõe-se à arte propriamente literária*”, porque ao primeiro caberia a tarefa de combater os milagres que a última costumava fabricar, a fim de que eles tornassem a fazer parte da natureza e da comunidade humana. (MICHELET, 1974, p. 23) Porém, o complemento dessa exposição segue um rumo bastante significativo, ao elucidar o que seria esse método de naturalização: trata-se de uma arte, melhor dizendo, trata-se da arte. E assim, pedindo licença “aos maiores artistas do mundo” para, através de uma “muito humilde comparação”, explicar o que é essa arte que o historiador com eles partilha, afirma:

Já viram alguma vez a tocante seriedade com que a inocente menina (...) acalenta o brinquedo que ela própria fez, animando-lhe com seus beijos e lhe dizendo do fundo do coração: Minha filha!... Se vocês forem brutos com o brinquedo, ela acaba por chorar. E isso não impede que, no fundo, ela saiba bem o que é esse ser que ela anima, faz falar, pensar e viver, através de sua própria alma. Pequena imagem de uma grande coisa. Eis a arte em sua concepção e tal é a condição essencial de sua fecundidade. (MICHELET, 1974, p.18)

Durante pelo menos trinta e quatro anos, Michelet manteve-se constante num dos caminhos que a obra de juventude lhe apontou: investigar a face poética da história e, no limite, tentar

estabelecer uma poética própria,⁵ em função das razões de sua historiografia: percurso de toda uma vida.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **Antiga Musa**: (arqueologia da ficção). Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

GAUCHET, Marcel. **Philosophie des sciences historiques**. Le moment romantique. Paris: Editions du Seuil, 2002.

HALÉVY, Daniel. Les trois vies de Jules Michelet. **Révue hebdomadaire**, 22 set. 1928, p.77-104.

LEFORT, Claude. **La cité des vivants et des morts**. Paris: Belin, 2002.

LACERDA, Sônia. **Metamorfoses de Homero**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MICHELET, Jules. **Louis XIV et la révocation de l'édit de Nantes**. Paris: Librairie Internationale A. Lacroix et Cie, 1874.

_____. **Histoire de la Révolution Française**. Paris: Gallimard (Pléiade), 1952, 2 volumes.

_____. Discours sur Vico. **Oeuvres complètes, t. I**. Paris: Flammarion, 1971, p. 279-301.

_____. Histoire romaine. **Oeuvres complètes, t. II**. Paris: Flammarion, 1972, p. 317-654.

_____. Préface de 1869. **Oeuvres complètes, t. IV – Histoire de France, t. I**. Paris: Flammarion, 1974, p. 11-27.

MICHELET, J, VICO, G. Principes de la philosophie de l'histoire. In: MICHELET, J. **Oeuvres complètes, t. I**. Paris: Flammarion, 1971, p. 420-593.

PETITIER, Paule. **Michelet, l'homme-histoire**. Paris: Grasset, 2006.

_____. Les *Origines du droit français* de Michelet. **Littérature et Nation**: La question de l'origine chez les historiens français du XIX siècle. Tours: Université François-Rabelais, n. 9, p.31-59, mar. 1992

REMAUD, Olivier. **Michelet, la magistrature de l'histoire**. Paris: Michalon, 1998.

_____. **Les archives de l'humanité**: essai sur la philosophie de Vico. Paris: Seuil, 2004.

TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. **A profetisa e o historiador**: o pensamento em imagens de Jules Michelet. 2005. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, FALE, UFMG.

⁵ Sobre a forma como entendo o conceito de Poética, ver BRANDÃO. *Antiga Musa (arqueologia da ficção)*.